



## SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2016
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Ministério público nas demandas judiciais em saúde: TRFs em evidência
<b>Autor</b>	ALAN RAFAEL DILL
<b>Orientador</b>	LIGIA MORI MADEIRA

**Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul**

**Autor: Alan Rafael Dill**

**Orientadora: Lígia Mori Madeira**

**Ministério público nas demandas judiciais em saúde:  
TRFs em evidência**

### **Resumo**

O trabalho elucida um eixo da pesquisa ‘Políticas sociais no sistema de justiça brasileiro: instituições, atores e práticas’, que objetiva a análise do papel do Ministério Público, na judicialização das demandas em saúde.

Para a estruturação referencial teórica, a pesquisa utiliza-se da discussão sobre *courting justice* (Brinks e Gauri, 2008, 2012; Brinks e Forbath, 2013), judicialização das políticas públicas (Taylor, 2007) e sociais no Brasil (Hoffmann e Bentes, 2012; Ferraz, 2009, 2011); estudos sobre o Ministério Público brasileiro (Arantes, 1999; Aguiar, 2009; Sadek, 2010; Engelmann e Camargo, 2013).

Através de análise documental, utilizando como material empírico uma amostra de decisões judiciais, julgadas entre os anos 2004-2014, pelos cinco Tribunais Regionais Federais do país, desenvolvemos análises a partir de categorias-chave, com o auxílio do software Nvivo.

Como resultados preliminares, verifica-se seu papel como proponente de ações civis públicas, muitas vezes em demandas individuais. É possível observar uma clara disputa entre Ministério Público e Defensoria Pública, no que concerne à autoria das ações judiciais, por outro lado, existem momentos de cooperação institucional em que ambos exercem influência, como no caso de políticas públicas estruturais.